
PROJETO DE LEI N ° 0043/2025
Autor Ver. ALEXANDRE FILIPE DOMINGOS DE MELO

"Dispõe sobre a regulamentação da prestação do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros por meio de aplicativo ou outra tecnologia de comunicação em rede no Município de Guajará-Mirim e seus Distritos, e dá outras providências."

CAPÍTULO I - DO USO DO SISTEMA VIÁRIO URBANO

Art. 1º Esta Lei disciplina o uso em atividades econômicas do sistema viário urbano do município, para exploração de serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, não aberto ao público, para a realização de viagens individualizadas ou compartilhadas solicitadas exclusivamente por usuários previamente cadastrados em aplicativos ou outras plataformas de comunicação em rede.

Art. 2º O uso e a exploração do Sistema Viário Urbano de Guajará-Mirim devem observar as seguintes diretrizes:

- I - evitar a ociosidade ou sobrecarga da infraestrutura disponível;
- II - racionalizar a ocupação e a utilização da infraestrutura instalada;
- III - proporcionar melhoria nas condições de acessibilidade e mobilidade;
- IV - promover o desenvolvimento sustentável do Município de Guajará-Mirim, nas dimensões socioeconômicas, inclusivas e ambientais;
- V - garantir a segurança nos deslocamentos das pessoas;
- VI - incentivar o desenvolvimento de novas tecnologias que aperfeiçoem uso dos recursos do sistema;
- VII - harmonizar-se com o estímulo ao uso do transporte público e meios alternativos de transporte individual.

Seção I - Das Definições

Art. 3º Para efeito de interpretação desta Lei entende-se por:

- I - Sistema Viário Urbano - Conjunto de vias da cidade;
- II - ETTs - Empresas de Tecnologia e Transporte que disponibilizam os aplicativos de transporte;

III - Aplicativos de transporte - São programas (softwares) desenvolvidos para serem utilizados principalmente em smartphones que visam integrar usuários (motoristas e passageiros) às ETTs.

CAPÍTULO II - DO SERVIÇO DE TRANSPORTE REMUNERADO PRIVADO INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS

Seção I - Do Serviço

Art. 4º O direito ao uso do Sistema Viário Urbano de Guajará-Mirim para exploração de atividade econômica de transporte remunerado privado individual de passageiros somente será conferido a motoristas de aplicativos de transporte cadastrados pelas ETTs.

Art. 5º As ETTs que disponibilizam o serviço através dos aplicativos de transporte em operação no Município ficam obrigadas a disponibilizar à Coordenadoria Municipal de Trânsito- COMTRAN - os relatórios periódicos, com dados estatísticos, anonimizados e agregados relacionados às rotas e distâncias percorridas em média, estatísticas das viagens iniciadas e/ou finalizadas, com a finalidade de subsidiar o planejamento da mobilidade urbana do Município, desde que garantida a privacidade e a confidencialidade dos dados pessoais dos usuários e motoristas, na forma da legislação vigente.

Seção II - Da Política de Serviços

Art. 6º A liberdade de preços praticada pelos aplicativos de transporte não impede que o Município exerça suas competências de fiscalizar e reprimir práticas desleais e abusivas cometidas pelos motoristas ou pelas ETTs.

Seção III - Das Empresas de Tecnologia e Transporte - ETT'S

Art. 7º As ETTs só poderão cadastrar veículos que atendam aos seguintes requisitos:

I - Que possua, no máximo, 10 (dez) anos de fabricação;

II - Que seja emplacado na cidade de Guajará-Mirim, exceto no caso de locadoras, podendo o veículo estar registrado junto ao órgão responsável em nome de terceiros, neste caso mediante a apresentação de contrato particular, respeitando o artigo 104 do Código Civil , ou instrumento público respeitando o disposto no artigo 215 do Código Civil , comprovando a posse regular, mansa e pacífica, prevalecendo e não prejudicando todas as obrigações de origem das ETTs, especialmente no tocante às apólices de seguros, objeto da contratação;

III - Em casos de veículos locados, deverão apresentar contrato esse em nome do motorista, sendo que o objeto deste contrato somente será utilizado pelo locatário;

IV - Em casos de veículos através de contrato de Leasing, poderão apresentar o contrato em nome do motorista, pais, filhos, cônjuges, irmãos, sogros e sogras.

Art. 8º São deveres das ETTs o armazenamento e a disponibilização, às Autoridades de Trânsito e fazendárias, quando requisitadas, dos dados das corridas realizadas, dos motoristas e dos veículos:

I - Deverão armazenar os seguintes dados dos motoristas que operarão o serviço:

a) Registro Geral (RG) ou Registro Nacional de Estrangeiros (RNE);

b) Cadastro de Pessoa Física - CPF;

c) Apresentar comprovante de residência atualizado do Município de Guajará-Mirim;

d) Carteira Nacional de Habilitação categorias "B" ou superior com autorização para exercer atividade remunerada;

e) Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual e Federal;

f) Estar inscrito junto à Secretaria Municipal de Fazenda, na qualidade de motorista profissional autônomo ou microempreendedor individual;

g) Documento da inscrição como contribuinte individual no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), nos termos do art. 11, V, h, da Lei nº 8.213/1991;

h) Comprovante da contratação de Seguro de Acidentes Pessoais a Passageiros (APP), e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT);

II - Deverão armazenar os seguintes dados dos veículos que serão usados para operar o serviço:

a) cópia do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV).

§ 1º As exigências de que tratam os incisos I deste artigo não impedem as ETTs de estipular outros requisitos para o cadastramento de motoristas e veículos.

§ 2º A empresa deverá encaminhar à COMTRAN relatório mensal dos prestadores de serviços cadastrados, o que poderá fazê-lo de forma digital.

§ 3º É vedada a divulgação dos dados pessoais dos motoristas por parte das autoridades de trânsito e fazendárias que os receberem para o cumprimento de suas finalidades.

§ 4º É vedado o uso de painéis luminosos que reproduzam mensagens dinâmicas ou estáticas, nos termos da Resolução nº 580/2016 do COMTRAN.

Art. 9º As ETTs somente poderão disponibilizar aos motoristas o direito de acesso ao aplicativo de transporte, depois de cumpridos os requisitos constantes nos artigos 7º e 8º desta Lei.

Seção IV - Do Cadastro das Empresas de Tecnologia e Transporte

Art. 9-A. As Empresas de Tecnologia e Transporte (ETTs) interessadas em operar no Município de Guajará-Mirim deverão, obrigatoriamente, estar devidamente cadastradas:

I - na Secretaria Municipal de Fazenda, como prestadoras de serviços no âmbito municipal;

II - na Coordenadoria Municipal de Trânsito - COMTRAN, para fins de fiscalização e planejamento da mobilidade urbana.

§1º O cadastro deverá conter, no mínimo, a razão social da empresa, o CNPJ, endereço da sede ou filial no município, nome do responsável legal, e comprovante de regularidade fiscal e tributária.

§2º O não cumprimento do disposto neste artigo impedirá o funcionamento da ETT no território municipal.

Seção V Do Imposto Sobre Serviços (ISS)

Art. 9-B. Os motoristas cadastrados nas ETTs ficam obrigados ao recolhimento do Imposto Sobre Serviços (ISS), conforme previsto para os taxistas.

§1º O valor anual do ISS será de 4 (quatro) Unidades de Padrão Fiscal - UPFs, por motorista,

independentemente da titularidade do veículo ou da natureza jurídica do profissional.

§2º O pagamento será feito em até quatro parcelas anuais, com vencimentos fixados pela Secretaria Municipal de Fazenda.

§3º O comprovante de regularidade do ISS deverá ser apresentado anualmente à COMTRAN, sob pena de suspensão do cadastro e impedimento do exercício da atividade.

§4º O descumprimento desta obrigação sujeitará o motorista à penalidade prevista no art. 10 desta Lei.

CAPÍTULO III - DAS PENALIDADES

Art. 10. A inobservância dos deveres previstos nos artigos 5º, 7º, 8º e 9º, caracteriza infração autônoma, sujeitando-se à aplicação da penalidade de multa no valor de 03 (Três) Unidades de Padrão Fiscal - UPF's, com fiscalização a cargo da Coordenadoria Municipal de Trânsito, além das infrações específicas descritas.

Art. 11. A ETTs não cumpriu com as notificações dos órgãos municipais, gestor de trânsito e transportes ou fiscalizadores.

I - A infração a esse artigo sujeitará o infrator a multa no valor de 02 (duas) UPF's, em caso de reincidência o valor será cobrado em dobro.

Art. 12. A ETTs que fraudar quaisquer informações ou dados relativos a operação do serviço na plataforma.

I - Sujeitará o infrator a multa no valor de 100 UPF's.

Art. 13. Os motoristas cadastrados nos aplicativos deverão se submeter à fiscalização dos órgãos públicos, bem como tratar com urbanidade e polidez os usuários, bem como o público em geral.

I - A infração a esse artigo sujeitará o infrator a multa no valor de 1,5 UPF's.

Art. 14. Fica proibido o estacionamento dos veículos cadastrados através das ETTs em pontos regulamentados de transporte de passageiros por esta Coordenadoria;

I - Infração - multa no valor de 1 (uma) UPF's, em caso de reincidência o valor será cobrado em dobro.

Art. 15. Fica proibido ao motorista ausentar-se do veículo ou evadir-se do local com intuito de evitar a abordagem da fiscalização.

I - Infração - multa no valor de 3 UPF's.

Art. 16. Fica proibido ao motorista utilizar no serviço, veículo com equipamento ou dispositivo de sinalização ou do sistema de iluminação, especialmente no para-brisa do veículo.

I - Infração - sujeitará o infrator a multa no valor de 2 (duas) UPF's. Medida Administrativa: Apreensão do equipamento.

Art. 17. Fica proibido ao motorista recusar-se a apresentar quaisquer documentos, equipamentos e/ou objeto indispensáveis à fiscalização sempre que exigidos.

I - Infração - multa no valor de 3 UPF's.

Art. 18. Fica proibido ao motorista que prestar o serviço com cadastro irregular na ETT.

Art. 19. Fica proibido ao motorista desacatar, ameaçar, agredir moral ou fisicamente os fiscais municipais, os Agente de Operação e Fiscalização de Transporte e Trânsito, agentes de fiscalização, os usuários, os demais profissionais do serviço de transporte e o público em geral.

I - Infração - multa no valor de 12 UPF's.

Art. 20. Fica proibido ao motorista cobrar pelo serviço, valores superiores aos informados pelo aplicativo ao usuário.

I - Infração - multa no valor de 12 UPF's.

Seção I - Da Autuação

Art. 22. O registro das irregularidades detectadas será feito pelo Agente de Operação e Fiscalização de Transporte e Trânsito mediante lavratura do Auto de Infração.

Art. 23. O Auto de Infração conterá, conforme o caso, as seguintes informações:

I - nome do infrator ou da empresa;

II - identificação do veículo, se for o caso;

III - local, data e horário de constatação da irregularidade;

IV - descrição da irregularidade constatada;

V - dispositivo legal infringido;

VI - assinatura e identificação do servidor fiscal responsável pela lavratura do auto;

VII - assinatura do infrator ou seu preposto, quando possível, valendo esta como notificação de autuação.

§ 1º Dependendo da natureza ou tipicidade, as infrações poderão ser constatadas em campo e/ou administrativamente nos arquivos e registros próprios.

§ 2º A notificação do auto será entregue pessoalmente ou por via postal, ou eletrônica (e-mail do motorista cadastrado na plataforma).

Seção II - Dos Recursos Administrativos

Art. 24. Em face das penalidades impostas pelo Município, caberá recurso no prazo de 30 (trinta) dias, que deverá ser interposto perante a Autoridade de Trânsito, a qual remetê-lo-á a Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI.

§ 1º Inicia-se o prazo para apresentação do recurso na data do recebimento do auto de infração por meio pessoal, postal, eletrônico ou publicado no Diário Oficial do Município - DOM.

§ 2º O recurso terá efeito suspensivo.

§ 3º O recurso poderá ser interposto pelo requerente, pelo condutor ou titular de direito que for parte no processo.

§ 4º Salvo exigência legal, a interposição do recurso independe de caução.

§ 5º A não apresentação de defesa no prazo estipulado implicará na aplicação da penalidade correspondente.

§ 6º A Junta Administrativa de Recursos de Infrações JARI, terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise, deferimento ou indeferimento do recurso, contados a partir do seu recebimento, podendo este ser prorrogado por igual período uma única vez.

§ 7º Julgado improcedente o recurso, a decisão administrativa se torna definitiva.

§ 8º Decorrido o prazo sem a interposição de recurso, ou do indeferimento deste, o valor da multa deverá ser pago dentro do prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de sua inscrição em dívida ativa.

§ 9º. Se o valor da multa já tiver sido recolhido, havendo apresentado recurso e cancelado o Auto de Infração, a importância paga ser-lhe-á restituída de acordo com o procedimento previsto no Código Tributário Municipal.

CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. A exploração dos serviços remunerados de transporte privado individual de passageiros sem o cumprimento dos requisitos previstos nesta Lei caracterizará transporte ilegal de passageiros, devendo se sujeitar às penalidades previstas nas leis municipais em vigor.

Art. 26. Ficam incluídas no Código Tributário Municipal as disposições desta Lei, especialmente no que se refere à obrigatoriedade de pagamento do ISS por parte dos motoristas de aplicativos..

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 28 .Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI

O presente Projeto de Lei tem como objetivo regulamentar a prestação do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros por meio de plataformas digitais (aplicativos), no âmbito do Município de Guajará-Mirim.

Desde o ano de **2023**, o Poder Executivo tem sido procurado por **motoristas da plataforma Urbano Norte**, que solicitam a regulamentação da atividade no município. Essa demanda representa o desejo legítimo da categoria de trabalhar dentro da legalidade, com segurança jurídica, respeitando as normas de trânsito, as obrigações tributárias e os direitos dos usuários.

A crescente utilização de aplicativos de transporte vem transformando significativamente a mobilidade urbana no Brasil e no mundo. Diante dessa realidade, torna-se imprescindível que o Município estabeleça normas claras, modernas e equilibradas que assegurem a convivência harmônica entre esse novo modelo de serviço e os demais meios de transporte já regulamentados, como o táxi e o mototáxi.

A proposta busca garantir **segurança jurídica, transparência e fiscalização efetiva** das atividades exercidas por empresas de tecnologia e motoristas parceiros, preservando os princípios da **igualdade tributária** e da **livre iniciativa**, sempre em conformidade com a legislação federal.

Dentre os principais avanços do projeto, destacam-se:

- **A exigência de cadastro das empresas (ETTs)** junto à Secretaria Municipal de Fazenda e à Coordenadoria Municipal de Trânsito (COMTRAN), permitindo maior controle e organização da atividade;
- **A obrigatoriedade de recolhimento do ISS** pelos motoristas de aplicativo, com a mesma alíquota aplicada aos taxistas (4 UPF's por ano), promovendo **isonomia fiscal** e evitando concorrência desleal;
- O estabelecimento de normas claras para o funcionamento das empresas, deveres dos motoristas, e penalidades para infrações, garantindo mais segurança e qualidade ao serviço oferecido à população.

Ressalta-se ainda que a regulamentação ora proposta não visa restringir o exercício da atividade, mas sim organizá-la, resguardando o interesse público, a mobilidade urbana e a justiça fiscal.

Diante do exposto, e considerando a relevância e a urgência do tema, **solicitamos o apoio dos nobres vereadores para a aprovação desta matéria**, em prol da modernização e do ordenamento do transporte urbano em Guajará-Mirim.

Guajará-Mirim, 05 de agosto de 2025

Alexandre Melo
VEREADOR - PODEMOS

AV 15 de Novembro, 1385 - Centro - Guajará-Mirim/RO CEP: 76.850-000 | E-mail: cmgm@guajaramirim.ro.leg.br
Contato: (69) 3541-8573 / 3541-2731 - Site: www.guajaramirim.ro.leg.br - CNPJ: 04.058.475/0001-90



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE FILIPE DOMINGOS DE MELO, Vereador (a)**, em 05/08/2025 às 13:53, horário de Guajara Mirim/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 12.656 de 20/03/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.guajaramirim.ro.gov.br, informando o ID **692906** e o código verificador **156B67AD**.

Referência: [Processo nº 57-144/2025](#).

Docto ID: 692906 v1